



Tempos de

distopia

SENADOR PAULO PAIM

Tempos de distopia

SENADOR PAULO PAIM

**Brasília – DF
2019**

Coordenação Editorial:

Assessoria do senador Paulo Paim – Brasília

Capa: Lauro Brayer Souza Vieira

Imagens:

//behance-net-gallery-11628321png.jpg

//photo-1434873740857-1bc5653afda8.jpg

//flickr-com-photos-162494162@N07-47644499371.jpg

Impressão e acabamento:

Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – Segraf

Projeto Gráfico: Mateus Leal

Programação Visual: Angelhitto Paulino Rocha

Revisão: Laura Silva Santana \ Rebeca Soares da Paz

Assessoria do senador Paulo Paim

Paim, Paulo, 1950 -

Tempos de distopia / Paulo Paim. – Brasília, DF : Senado Federal, Gabinete do Senador Paulo Paim, 2019.

116 p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Reforma da previdência, Brasil, discursos, etc. 3. Reforma Trabalhista, Brasil, discursos, etc. 4. Discurso parlamentar, Brasil. I. Título.

CDD 320.981

SUMÁRIO

Breves palavras.....	7
Em defesa da Constituição.....	13
Fogo sobre nossas cabeças	23
Movendo montanhas	81
Frente Ampla pelo Brasil.....	87
Até mais	101
Sobre o autor	105
Referências Bibliográficas	109

BREVES PALAVRAS

Utopia é o que faz a vida seguir em frente. É o direito de que cada um tem de escolher o seu caminho. Utopia é o verbo amar no som das palavras. É o canto dos pássaros. É o nascimento do sol e os pingos da chuva. É o êxtase que a vontade de viver proporciona.

Utopia é a busca de uma sociedade justa e perfeita. É a transformação dos descaminhos em partituras de igualdade e fraternidade. É a mão estendida ao outro. É a felicidade do povo. É o respeito às diferenças, à liberdade e à democracia. É um país com esperança. É saber que dias melhores virão.

Distopia é um pensamento filosófico que caracteriza uma sociedade imaginária controlada pelo pensamento único ou por meios extremos de opressão, criando condições de vida insuportáveis aos indivíduos. É o avesso da utopia.

Distopia é o lado escuro. É vida sem sonhos e sem o belo da existência. É um cenário

de incertezas e um futuro cada vez mais distante. É a dor da indignidade. São os pesadelos diários da falta de horizonte. Distopia são as injustiças que o povo sofre. É onde a mentira, o ódio e a violência fazem morada.

Zé Ramalho, que tão bem descreve a condição humana em suas canções, se inspirou na distopia clássica da obra *Admirável Mundo Novo*, do escritor Aldous Huxley, para compor *Admirável Gado Novo*. Usando metáforas, ele faz uma crítica aos problemas sociais e à política: “Vocês que fazem parte dessa massa, que passa nos projetos do futuro, é duro tanto ter que caminhar, e dar muito mais do que receber... Êh, ô, ô, vida de gado, povo marcado, povo feliz”.

Dave Mustaine, vocalista da banda Megadeth, assim descreveu sua inspiração para o álbum *Dystopia*: “Ultimamente tem havido um declínio em como as pessoas tratam umas às outras. É aí que *Dystopia* entra, e se as pessoas não começarem a amar umas às outras e ajudar quem precisa, quando isso se tornar mais importante que poder, fama ou dinhei-

ro, então eu acho que nós vamos ficar bem. Se você lutar pelo que é certo, não terá que ceder a um mundo distópico”.

O Brasil vive um momento de distopia. Um tempo em que o próprio tempo desacredita. O ser humano deixa de ser o centro da caminhada e das ações que criam o bem-estar social e o bem-viver. A justiça dos governantes é casual e para poucos. No fim das contas, somente para os amigos do rei.

Que país somos? Um Brasil onde não há mais “fontes murmurantes”, mas apenas silhuetas descoloridas de uma história que querem esconder? Agridem a Constituição Cidadã. Tentam sufocar a democracia. Agem como feras totalitárias e ideológicas.

Não sabem eles que estão matando gerações presentes e futuras. Reformas como a Trabalhista e a da Previdência, o congelamento de investimentos públicos por 20 anos, os cortes na educação, o descaso para com a saúde pública e o com o meio ambiente. Tudo isso decidido com a caneta das decisões políticas. A quem interessa?

Não há país que se sustente quando os discursos incentivam a intolerância e o preconceito. Não há pátria quando há exclusão social. Quando poucos têm muito. Quando muitos não têm nada. Não há sociedade que se firme e evolua quando os laços que a ligam com o povo são rompidos.

O que leva à dignidade humana? Quais os caminhos? O que leva a felicidade? O que leva o país a ser uma nação? Em tempos idos, avançamos: emprego, saúde, educação, habitação, direitos sociais, meio-ambiente. No hoje, há o desalento. Mas, por que as coisas desconexas acontecem, e, ao menos não temos nenhum minuto de reflexão? De nos olharmos no espelho?

O segredo está no perseverar e no acreditar. Temos que ter a clara certeza de que a força das mudanças, por mais que acreditemos que elas escaparam das nossas mãos, acabam sempre voltando para nós mesmos, pois jamais se distanciaram do silêncio dos nossos olhos.

Boa leitura.

EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO

“Quanto a ela – referia-se à Constituição –, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia”.

Ulysses Guimarães

A Constituição Cidadã de 1988 é uma das cartas sociais mais avançadas do mundo. Uma conquista democrática que selou um pacto social com todos os brasileiros. Por meio da resistência e do diálogo alcançamos a plenitude dos direitos fundamentais da cidadania.

Muitos não aceitam esse patamar de dignidade. Por isso querem destruí-la. O que querem? Um país sem leis? Uma terra onde a população não tem vez? Definitivamente, esse não é o Brasil que queremos.

Há um Brasil antes e um depois da Constituição. O bolo era reservado às elites. Não havia chão seguro para pobres, desamparados, discriminados e trabalhadores. Políticas públicas sociais e de redistribuição de renda eram coisas acadêmicas. Distantes do sonho das ruas. Não havia democracia.

A nossa Constituição ampliou as liberdades civis e os direitos e garantias individuais.

Ela consagrou novas relações econômicas, políticas e sociais, concedendo direito de voto aos analfabetos e aos jovens de 16 a 17 anos.

Direitos trabalhistas foram fortalecidos e outros criados: jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais, décimo terceiro salário, direito ao aviso prévio, licença-maternidade de 120 dias, licença-paternidade, seguro-desemprego, ampliação das férias remuneradas. Foram instituídos mecanismos contra a demissão arbitrária e contra a redução de salário.

Outras medidas adotadas foram: instituição de eleições majoritárias em dois turnos, direito à greve e à liberdade sindical, criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Destacam-se ainda: repartição das receitas tributárias federais, com propósito de fortalecer estados e municípios; reformas na ordem econômica e social, com instituição de política agrícola e fundiária e regras para o sistema financeiro nacional; leis de proteção ao meio ambiente.

As sombras do passado deram lugar ao bater das asas da liberdade. A censura em rádios,

TVs, teatros, jornais, cinema, arte, literatura e poesia foi extinta. O sol batia nas janelas.

Antes, a lei dizia que a assistência médica era benefício de previdência social, conferido apenas aos contribuintes do Instituto Nacional de Previdência Médica e Assistência Social (Inamps). A virada também se deu aí. Com a nova Constituição, a assistência médica e farmacêutica deixa de ser benefício previdenciário. Pela primeira vez, o país reconhece a saúde como um direito social de todos e não um serviço.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é criado, garantindo acesso universal, igualitário e gratuito às ações de serviços de saúde. Passados mais de 30 anos da Constituinte, o médico Dráuzio Varella assim escreveu:

Talvez você não saiba que, naquela época, só os brasileiros com carteira assinada tinham direito à assistência médica, pelo antigo INPS. Os demais pagavam pelo atendimento ou faziam fila na porta de meia dúzia de hospitais públicos espalhados pelo país ou dependiam da

caridade alheia, concentrada nas Santas Casas de misericórdia e em algumas instituições religiosas. Eram enquadrados na indigência social os trabalhadores informais, os do campo, os desempregados e as mulheres sem maridos com direito ao INPS. As crianças não tinham acesso a pediatras e recebiam uma ou outra vacina em campanhas bissextas organizadas nos centros urbanos, de preferência em períodos eleitorais.

A educação, *idem*. A universalização do ensino fundamental, a oferta obrigatória de educação infantil pelo Estado e o crescimento da oferta do ensino médio são algumas das conquistas. Foi com essa vontade de mudar o país e com determinação constitucional e de responsabilidade do Estado que avançamos nas políticas públicas e eficazes e com mais recursos. Educação é tudo, é o fogo que incendeia e abre caminhos para o desenvolvimento do país.

Nós, que participamos da Assembleia Nacional Constituinte, gostamos de citar a expressão “cliquet”. O que vem a ser? É aquele

instrumento usado pelos alpinistas que impede que eles caiam. Só é permitido subir. Trata-se de uma proteção contra a queda. O efeito “cliquet” significa que os direitos não podem retroagir, só podendo avançar nas proteções individuais.

Na Constituição esse postulado foi consagrado com as chamadas cláusulas pétreas, que impedem a supressão de direitos e garantias fundamentais. Podemos apenas ampliá-los. É hora de fazer valer essa regra. É hora de dar um basta a essas iniciativas contra o trabalhador, contra a paz social, contra o Brasil.

Eu lembro que havia dois postulados na Assembleia Constituinte. Os que queriam uma Constituição mais ampla e os que defendiam um texto mais conceitual. Felizmente venceu a nossa visão. Se não tivéssemos feito isso, os principais direitos do nosso povo já teriam desaparecido.

Cada vez que recordo ou escrevo sobre aqueles momentos, fico muito emocionado. As palavras de Ulysses Guimarães, que constam na epígrafe deste capítulo, foram e continuam sendo um monumento à liberdade e à democra-

cia. Elas foram proferidas em seu discurso final quando da promulgação dessa carta social. Sua voz estava embargada. O plenário o aplaudiu de pé.

A Constituição Cidadã é a alma do povo. É o instrumento que garante dignidade humana: liberdade, integridade, solidariedade e igualdade. Ela é a luz do direito de ir e vir. É a construção de políticas humanitárias. É amor coletivo... homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, aposentados, pessoas com deficiência, negros, indígenas, discriminados. É o viver em harmonia.

Acreditar no Brasil é defender a Constituição... é lutar contra os retrocessos da ordem democrática.

FOGO SOBRE NOSSAS CABEÇAS

*“A verdade é mais estranha que ficção,
porque a ficção precisa fazer sentido, e a
verdade, não.”*

Mark Twain

Contam que um escorpião, precisando atravessar um rio, pediu a um sapo que o transportasse. O sapo, a princípio, recusou a carona: era evidente que o escorpião iria picá-lo durante o trajeto. O escorpião alegou que isso não faria sentido: se ele o picasse, ele também morreria. O argumento convenceu o sapo, e lá se foram os dois, rio adentro.

No meio do caminho, o sapo sentiu uma ferroadada. Ele percebeu, tarde demais, que o escorpião não podia evitar sua natureza, ainda que isso lhe custasse a própria vida. E assim terminaram os dois no fundo do rio: o sapo, pelo excesso de confiança; o escorpião, pela incapacidade de resistir ao instinto.

Essa fábula ilustra, muito bem, a situação atual do Brasil. A impressão que tenho é que muita gente não está sendo capaz de conter seus impulsos destrutivos. Como o escorpião da fábula muita gente está matando o sapo, que é a condição de sua própria sobrevivência.

O meu receio é que, no fim desta história, terminemos todos afogados. É hora de agir-mos.

A REFORMA TRABALHISTA foi uma política suicida. Tentaram nos convencer de que o país conseguiria atravessar esse rio sem uma classe trabalhadora capaz de consumir e totalmente desprovida de escudos de proteção social.

O trabalhador e os aposentados são sempre os culpados por tudo. Tem crise, tira dos trabalhadores. Se a economia não cresce, é porque os trabalhadores têm direitos demais. Se a dívida pública aumenta, é porque o Brasil tem servidores públicos além da conta. Se a Previdência deixa de ser superavitária, é porque os idosos, aposentados ou não, e pensionistas estão se esquecendo de morrer.

Essa gente anda tão obcecada com a revogação dos direitos dos trabalhadores que contra seus argumentos e preconceitos não há fatos que sirvam. A Reforma Trabalhista foi

feita em 2017. E, agora, já estão falando em outra mais ampla.

A reforma fragilizou a situação dos trabalhadores num momento em que o desemprego campeia livremente, mostrando, de maneira límpida, que não surtiu qualquer impacto na redução do desemprego, como os seus defensores sustentavam.

Ela veio colocar no limbo a já delicada situação da mão de obra empregada, constituindo mais um vetor do processo de concentração de renda que estamos vivendo, mais um efeito perverso da atual crise econômica.

De nada adianta dizer que, comparativamente, o número de servidores públicos no Brasil está abaixo da média mundial. De nada adianta mostrar que a causa da suposta crise da Previdência não é a vida mais longa dos brasileiros, mas a informalidade, o desemprego e a subocupação que afetam drasticamente a arrecadação. A CPI da Previdência mostrou que o caminho é outro... a questão é de gestão. De nada adianta evidenciar que os direitos dos trabalhadores, construídos ao

longo dos últimos 70 anos, com muita luta, são alavanca e não obstáculo para o desenvolvimento do país.

Eles não escutam. Eles não querem escutar. Tapam os ouvidos. Fecham os olhos. É como o instinto do escorpião: não há nenhum número ou argumento que possa controlá-los.

Os dados do IBGE mostram que o desemprego é altíssimo: quase 13 milhões; que o número de trabalhadores sem carteira assinada só faz aumentar: 38 milhões na informalidade; há 4,8 milhões de pessoas em situação de desalento; que a renda média anual do trabalhador brasileiro está em queda. Os dados mostram que o mercado de trabalho está se desorganizando e se desintegrando. Como diz uma canção do rock brasiliense: “sem trabalho não sou nada, não tenho dignidade, não sinto o meu valor”.

O Brasil está entre os dez piores países do mundo para se trabalhar em 2019. É o que constatou a 108ª Conferência do Trabalho da ONU. O principal motivo é a Reforma Trabalhista. Estamos ao lado do Zimbábue, Ban-

gladesh, Filipinas, Turquia, Cazaquistão, Argélia, Guatemala, Arábia Saudita e Colômbia.

Para esse mal eles oferecem mais do mesmo: mais precarização, mais flexibilização, menos Estado. Mas, eu me pergunto. Quando o trabalhador informal, que já representa 25% da força de trabalho da iniciativa privada, tornar-se a regra, quem financiará o sistema de seguridade social?

Quando este país se tornar um mar gigantesco de empreendedores individuais, trabalhando 12 horas por dia, 7 dias por semana, sem nenhum direito e sem nenhuma garantia, para ganhar uma miséria no fim do mês, quem conseguirá conter o ressentimento e o ódio social? Onde vamos parar? Eles ainda têm a ousadia de propor o sistema de capitalização. Mas para quem? Para os miseráveis?

Quando a renda média do trabalhador, como resultado da precarização do emprego, da terceirização irrestrita, do aviltamento das condições de trabalho, quando a renda dos assalariados despencar de vez, quem comprará o quê?

A indústria pretende produzir para quem? Os comerciantes pensam em vender para quem? De onde esse povo acha que vai surgir o dinheiro para movimentar a economia brasileira? Do mercado externo, diante da nova retração econômica mundial que se anuncia no horizonte? Das famílias brasileiras, com cada vez menos salário, e cujas taxas de endividamento são as maiores em três anos?

Segundo a imprensa, o percentual com dívidas das famílias, em atraso ou não, chegou a 62,4% no primeiro semestre deste ano. Já as inadimplentes, ou seja, aquelas que têm dívidas ou contas em atraso, ficou em 23,4% em março deste ano, acima dos 23,1% do mês anterior, por exemplo. O cartão de crédito foi apontado como o principal motivo das dívidas por 78% das famílias endividadas, seguido por carnês, para 14,4%, e, em terceiro, por financiamentos de carros, para 10%.

Até quando vamos persistir nessa marcha insensata para o abismo? Qual é o futuro para o qual nos levam e que tem tanto cheiro de

passado e aumento da concentração de renda? Será que não se percebe que estamos fabricando o caos?

Os números da economia deveriam convidar à reflexão, mas o único exercício mental a que se permitem os tecnocratas e os proxenetas do poder econômico e financeiro é o mantra do excesso de direitos trabalhistas.

Repetem que o paraíso do crescimento econômico está logo ali, um pouco depois deste deserto sem fim o qual temos peregrinado. Que os números do desemprego, do subemprego e do desalento são consequência de uma legislação trabalhista antiquada. Que a alteração do marco legislativo do trabalho, por meio da Reforma Trabalhista, da Reforma Previdenciária, da liberdade econômica etc, nos recolocará no caminho do sucesso.

Como se essa mesma legislação, hoje tão criticada, não tivesse permitido que o Brasil convivesse, há menos de dez anos, com o pleno emprego. Como se ela mesma não fosse o compromisso que firmamos com a dignidade do trabalhador brasileiro.

Abro um parêntese aqui. Nesse período, que querem esconder, 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza e 42 milhões entraram na classe C. São dados oficiais do Governo. Mas, tem mais: 6,8 milhões foram beneficiados por moradias; 65 milhões atendidos em locais onde não havia ou era escassa a cobertura médica; 18 novas universidades e 422 escolas técnicas criadas; 1,5 milhão de estudantes beneficiados com o Prouni e o Fies; 22 milhões de empregos formais criados, sendo a menor taxa de desemprego de todos os tempos; renda dos agricultores familiares elevada em 52%.

E foi nesse mesmo período que aprovamos importantes leis sociais que beneficiam mais da metade da nossa população: Estatuto do Idoso, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Juventude, Política de Valorização do Salário Mínimo, Política de Valorização da Pessoa Autista. A política de cotas foi criada para que, efetivamente, todos tivessem acesso à universidade: negros, brancos, índios, pobres.

Não estou dizendo que os governos anteriores foram perfeitos. Houve erros. Fizemos muito, mas sabemos que temos muito ainda por fazer. Fecho o parêntese aqui. Seguimos em frente.

Observem os absurdos. O Congresso Nacional aprovou essa legislação permitindo que as mulheres grávidas e lactantes trabalhassem em ambiente insalubre. Aprovou o contrato de trabalho intermitente e a limitação do acesso à Justiça do Trabalho gratuita. Foi preciso que o Supremo Tribunal Federal interviesse em defesa da proteção da maternidade.

A Reforma Trabalhista atingiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela fragilizou direitos sagrados como piso salarial, décimo terceiro, férias, abonos, adicionais, jornada de trabalho, repouso semanal remunerado, carteira de trabalho, e tantos outros.

Esperamos também que o STF, na mesma linha, declare inconstitucionais os outros muitos pontos que, na contramão da história, fazem com que as relações de trabalho neste país regridam ao tempo da escravidão e da chiba-

ta. Mas é quase vergonhoso dizer que estamos hoje na situação de pedir ao Poder Judiciário que corrija os abusos dos três últimos anos.

Em 2016, com a aprovação da **EMENDA CONSTITUCIONAL 95**, que instituiu o chamado “Novo Regime Fiscal”, o Brasil fez clara opção pelo caminho do não investimento público. A imposição, por 20 anos, da Emenda 95 ou emenda do teto dos gastos, como o governo a chama, ignorou todas as advertências que fizemos. Que a fórmula iria reduzir, ainda mais, os investimentos públicos em todos os setores: saúde, educação, segurança, empregos, habitação, transportes, etc. Fiz muitos discursos na tribuna e realizamos dezenas de audiências públicas.

Muitos países fizeram o mesmo e deram com os burros n’agua. A Grécia é testemunha desse fracasso, a Argentina vem sofrendo as consequências dramáticas dessa escolha. Portugal só conseguiu sair da crise quando resolveu tomar o caminho inverso. Todo esse cenário é de aumento da pobreza e do desemprego.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reconhece que a política de austeridade, em momentos de retração econômica, de nada adianta, porque termina por intensificar a queda do crescimento econômico, a perda da arrecadação e o aumento da dívida pública.

O pior disso tudo é que a austeridade é sobretudo seletiva, porque prejudica principalmente os mais vulneráveis. Não é a população mais rica que sofre quando a verba não chega para equipar um hospital, uma escola pública e a segurança pública. A solução não está na redução das despesas, mas no aumento da arrecadação, que só virá por meio da retomada do crescimento econômico.

Vejamos o caso da educação. Ela é indutora de outras políticas públicas. É multiplicadora do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para cada R\$ 1,00 gasto com educação pública, R\$ 1,85 é gerado para o PIB. Trata-se de investimento com retorno líquido e certo.

A participação da educação no Orçamento da União, que correspondia a 8,99% das despesas do Governo Federal em 2016, está hoje em 7,33%. As despesas primárias pagas pelo Ministério da Educação caíram de R\$ 112,4 bilhões em 2016, para R\$ 103,5 bilhões em 2018. A queda acumulada nos dois anos desde a adoção da Emenda 95 foi de quase 10%.

O Brasil é ainda um país relativamente jovem, em que há muito mais gente para estudar, e que precisa de investimentos maciços em infraestrutura educacional, e não apenas de obras de manutenção de uma rede já instalada, como ocorre na maior parte do mundo desenvolvido.

A verdade é que o Brasil gasta, com um aluno de nível primário, 3.762 dólares, menos da metade dos 8.539 dólares desembolsados pela média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou relatório, de minha autoria, revogando a Emenda



Constitucional 95. A proposta tramita agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em momentos de crise, o Estado tem que investir, já dizia o economista John Maynard Keynes. O Brasil precisa de um projeto global de nação, de planejamento a médio e longo prazo, de mais infraestrutura, energia, estradas, portos, ferrovias. Isso gera emprego.

Nenhuma potência mundial se formou sem fortes investimentos do Estado e com o fortalecimento do seu mercado consumidor interno. Sem a constituição de uma classe média numerosa. Sem trabalhadores com direitos sociais. Sem distribuição de renda.

Não é à toa que as projeções de crescimento do PIB vêm sendo revisadas, continuamente, para baixo. Estamos, sim, em recessão. Essa é a realidade. E o pior: os mais pobres são sempre os mais afetados. A Fundação Getúlio Vargas comprova que a desigualdade no Brasil cresce há 17 trimestres seguidos. Segundo o estudo, trata-se do maior período de concen-

tração de renda na série histórica, superando o pico observado no final dos anos 1980.

Mais da metade dos pobres perderam 17,1% dos seus rendimentos, jovens de 20 a 24 anos. A renda dos 1% mais ricos subiu 9,5%. O número de pobres aumentou de 8,3% para 11,1%. Em dois anos, o país passou a ter mais 6,2 milhões de pessoas nessa situação. Ao total são 23,3 milhões. Entre as causas, estão a falta de programas sociais e o aumento do desemprego.

Os dados deveriam servir de alerta de que a dose do remédio – se é que remédio isso algum dia foi – já se tornou, há muito tempo, um veneno... o veneno do escorpião.

O que vemos do atual governo é a aposta de que a cura virá com o aumento da dose da desregulamentação do mercado de trabalho. Da dose de precarização dos serviços essenciais para a população. Da dose de desmantelamento do pouco do Estado de Bem-Estar Social que este país, desde a Constituição de 1988, conseguiu construir. Da dose do fim da

Previdência Social, do fim das aposentadorias e pensões.

É da natureza do escorpião pensar apenas em si mesmo, injetar mais e mais veneno, matar o sapo que nos transporta, ainda que, no fim, morramos todos. Simplesmente não conseguem resistir à tentação de desmontar as conquistas sociais do povo brasileiro.

Inventaram até mesmo um novo vocabulário: falam em “austeridade”, quando deveriam falar em “arrocho”; falam em “modernização”, quando deveriam falar em “retrocesso”; falam em “liberdade econômica”, quando deveriam falar em “exploração do trabalho” e “espoliação do trabalhador”.

O país não pode cair nessa armadilha. Precisamos interromper o curso dessa insensatez.

Mais um ataque frontal aos trabalhadores veio por meio da Medida Provisória 881 de 2019, também chamada de MP da “liberdade econômica”. Ela só vale, porém, para o empregador, já que o trabalhador fica acorrentado a uma nova forma de servidão. A realidade

é que ela fragilizou ainda mais as condições de trabalho no Brasil.

Pela regra antiga, o controle de ponto era obrigatório quando tem 10 ou mais trabalhadores. Pelo texto atual, é obrigatório o registro de ponto apenas se a empresa tiver mais de 20 trabalhadores. Ocorre aí a fragilidade de cobrança de horas extras. Defendi em plenário que esse texto não permanecesse. A quem interessa, já que o trabalhador não tem como comprovar que trabalhou.

Grave, também, é o artigo que institui uma autorização automática para que os empreendedores possam desmatar, caso os órgãos competentes venham a atrasar a emissão de licenças ambientais. Estão também dispensadas, ainda, de pedidos de licenças casos que sejam considerados de baixo impacto.

O símbolo deste momento de distopia é, sem dúvida, a **REFORMA DA PREVIDÊNCIA**. O alvo principal foi a grande maioria dos trabalhadores que se aposentariam com um a três salários mínimos. Trabalhadores

que ingressaram muito cedo no mercado do trabalho, exercem as ocupações mais duras e que mais afetam a sua integridade física e psicológica, e os que percebem menores rendimentos.

A reforma da Previdência penalizou os pobres, os mais necessitados, os que estão iniciando a trabalhar, reduziu o valor das aposentadorias, atingiu as pessoas com deficiência e os idosos carentes. Isso representa mais de 80% dos integrantes do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

O economista Eduardo Fagnani, na sua obra *Previdência: O debate desonesto*, explica como o desmonte da Seguridade Social significa a destruição da vida de milhões de brasileiros e os impactos negativos na economia brasileira.

Em função do seu caráter excludente, esta reforma vai acabar no Brasil com as garantias asseguradas no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dado que não mais haverá garantias aqui no Brasil de direitos à segurança em caso de desemprego, doença, invali-

dez, viuves, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle...

Esta reforma também se choca com a convenção 102 da OIT, da qual o Brasil é signatário, que define normas mínimas para a Seguridade Social frente a nove contingências clássicas: idade avançada, maternidade, acidente de trabalho, responsabilidade familiares, desemprego, tratamento médico, morte, invalidez e enfermidade.

Para ele, o governo apostou na morte do cidadão trabalhador antes da aposentadoria. Quem viver, vagará pelas ruas como zumbi, sem proteção, somando-se aos milhões de desempregados, desalentados e subempregados.

Todos perderam: o aposentado, a viúva, os pensionistas, o jovem que está iniciando a sua vida profissional, aqueles que estão com 30, 40 anos, as crianças de hoje que no futuro serão trabalhadores e trabalhadoras.

O tempo dessas gerações é igual. O psicoterapeuta Meraldo Zisman descreve que o

tempo é o mesmo enquanto vivos formos: idosos, moços ou crianças. Gerações passadas tiveram e continuam tendo as suas responsabilidades. As gerações presentes, as suas obrigações. As futuras, da mesma forma.

Mas, a questão toda é que os autores e apoiadores dessa reforma não se deram conta das suas responsabilidades para com essas gerações.

Essa reforma trouxe prejuízos para as gerações do passado, do presente e do futuro. Ela não está em sintonia com as necessidades das gerações. Pelo contrário, há um afastamento e um ataque à felicidade do ontem, do hoje e do amanhã.

Na prática, estão matando o direito de que cada um tem de viver em um ambiente saudável, de proteção e de bem-estar social. Investir na vida das pessoas não é gasto... é respeito, reconhecimento e responsabilidade.

Alguns pontos dessa reforma são extremamente cruéis: aumento de tempo mínimo de contribuição; redução do valor da aposen-

tadoria por invalidez; redução da pensão em função da perda de condição de dependente; extinção, na prática, das aposentadorias especiais. Mais de 12,7 milhões de pessoas perderão o abono do PIS. Gravíssimo é o cálculo do benefício que não é mais sobre a média das 80 maiores contribuições e, sim, sobre toda a vida laboral de 1994 para cá. Os prejuízos são de 10% a 40% do vencimento a receber.

Observem bem: seu José, durante toda a sua vida, descontou para o RGPS. A média das contribuições dele é de R\$ 2.200,00. Em virtude de um AVC, ele perdeu a capacidade para o trabalho e procurou o INSS para requerer a aposentadoria por incapacidade, também conhecida por aposentadoria por invalidez. Pela regra anterior à reforma, sua aposentadoria seria no valor integral da média, ou seja, R\$ 2.200,00. Com as regras da reforma, ele perdeu o direito à integralidade. Sua aposentadoria foi calculada aplicando o percentual de 60% sobre a média de contribuições, se aposentando com R\$ 1.322,00. Ou seja, teve uma perda de R\$ 878,00 por mês. Em

um ano, considerando o 13º salário, seu José vai ter uma perda de R\$ 11.414,00.

Dona Joana, pelo sistema antigo, se aposentaria com 60 anos de idade e 15 anos de contribuição com aposentadoria de R\$ 2.000,00. Pela reforma, ela se aposentará com 62 anos e com aposentadoria de R\$ 1.080,00. Sua perda será de R\$ 11.960,00 por ano.

Já o seu João tem 65 anos de idade e 15 anos de contribuição. Pela regra antiga ele se aposentaria com R\$ 3.302,14. Com as mudanças, a sua aposentadoria será de R\$ 2.011,14. Uma diferença de R\$ 1.291,00. Em um ano, contando o 13º salário, sua perda será de R\$ 16.783,00.

Um metalúrgico ingressou no mercado de trabalho anteriormente à reforma. Começou a trabalhar aos 18 anos e contribuiu por 25 anos. Sua média salarial era de R\$ 3.500,00. De acordo com as regras antigas, ele teria direito à aposentadoria especial aos 43 anos e com salário integral. Pela nova regra, terá que trabalhar mais 9 anos e perderá uma parcela significativa do salário. Sua apo-

sentadoria será de R\$ 3.080,00. Muitos não sabem o que é trabalhar em uma forjaria e fundição, com metais pesados, com calor de 1.000 °C, com produtos químicos e tóxicos. O corpo dói, a alma sofre, sangue e suor se misturam. Digo isso com propriedade, pois fui metalúrgico por 20 anos.

E o que dizer de um mineiro de subsolo que trabalha em atmosfera pesadíssima, com pouco oxigênio e muita poeira, que tem seus pulmões afetados e distúrbios no coração? Se começou a trabalhar aos 21 anos, poderia se aposentar, pela aposentadoria especial, aos 36 anos. Mas, pela nova regra ele precisará trabalhar mais 7,5 anos. Antes da reforma, sua aposentadoria seria R\$ 2.800,00. Agora, será de R\$ 1.792,00, uma perda mensal de 36%.

Desde os anos 1960, o professor tem garantida a aposentadoria especial. Essa profissão, de altíssima relevância social, é altamente penosa, desgastante e estressante. Não vou nem comentar aqui a questão salarial, os atrasos, o não cumprimento do piso, as escolas em condições precárias, as agressões físicas.

São inúmeros os casos de afastamento do serviço por problemas de saúde. O cenário é o mesmo. As perdas são enormes.

Ao retirarem o direito da periculosidade da Constituição, mais de 4 milhões de vigilantes, 1 milhão de guardas municipais e outros tantos milhões de eletricitários foram levados ao sacrifício. Agora, para se aposentarem, eles terão que ter 65 anos de idade (homem) e 62 anos de idade (mulher).

Esse dado se agrava quando se leva em conta que as mulheres são as mais afetadas com a reforma da Previdência. Um relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) de 2019 mostra que a desigualdade que mulheres enfrentam no mercado de trabalho devem ser aprofundadas com a reforma. Mulheres ganham menos que homens, são a maioria dos desempregados, trabalham sem carteira assinada, e, além disso, trabalham mais horas por semana. Aliás, sou relator do PLC 130/2011 que prevê a igualdade salarial entre homens e mulheres.

O governo mentiu quando disse que os servidores públicos se aposentam com o teto constitucional. Não é verdade. Desde 2013, os servidores que ingressarem no serviço público já recebem o mesmo teto do RGPS, hoje, cerca de R\$ 5.800,00.

O país e os homens públicos têm que ter clareza que a Previdência Social brasileira é um dos maiores instrumentos de distribuição de renda do mundo. Ela tem forte contribuição na dinamização da economia dos municípios, por meio do pagamento de benefícios. Ela está presente na vida do trabalhador do campo e da cidade, na vida das famílias, nas aposentadorias.

Segundo dados da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (Anfip), do ano de 2015, o sistema paga 33,7 milhões de benefícios: 10,1 milhões de aposentadorias por idade; 3,2 milhões por invalidez; 5,7 milhões por tempo de contribuição; 7,5 milhões por pensão por morte; 1,5 milhão por auxílio-doença; 4,5 milhões de aposentadorias BPC (idosos e pessoas com

deficiência carente); entre outros. São 24 milhões de aposentadorias urbanas e nove milhões de aposentadorias rurais. Beneficia, direta e indiretamente, cerca de 100 milhões de pessoas.

Estudioso do assunto, o auditor fiscal Álvaro Solón, afirmou, alguns anos atrás, que “a Previdência pública brasileira é o maior sistema de redistribuição de renda do mundo. Não existe um sistema público de Previdência fundado no sistema de repartição em lugar nenhum da Terra que tenha esse efeito redistributivo”.

A reforma atinge a economia dos municípios. Em 70% deles, o valor dos repasses aos aposentados e demais beneficiários supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Mais ainda, em 82% do total, os pagamentos aos beneficiários do INSS superam a arrecadação municipal. É com o pagamento aos aposentados que a economia e o comércio dessas cidades giram.

A quem interessa tudo isso? A Previdência é galinha dos ovos de ouro. O governo está

entregando todo esse manancial social, de possibilidades de crescimento e de lucro para o sistema financeiro e para os bancos privados. Como podemos notar, o governo tem lado, e não é o da população.

O relatório final da CPI da Previdência mostrou que ela é superavitária. Ele, mesmo tendo sido aprovado por unanimidade, foi ignorado pelo governo.

Os problemas da Previdência são de má gestão e de administração, de falta de fiscalização e de cobrança de devedores e sonegadores, de anistias, de corrupção e, principalmente, que todo dinheiro arrecadado não seja utilizado para outros fins. Dinheiro da Previdência deve ficar na Previdência. Tenho uma proposta de emenda à Constituição nesse sentido.

A sonegação anual ultrapassa a casa dos R\$ 600 milhões. Somente em apropriação indébita, ou seja, aquilo que o empregador desconta do trabalhador e não repassa à Previdência, o montante anual é de R\$ 30 bilhões. O governo, ao invés de cobrar dos sonegadores e ladrões, prefere meter a faca nos pobres,

nos trabalhadores, nos aposentados e nos pensionistas. Isso é um verdadeiro crime, um caso de polícia.

O país cai em erro ao fazer uma reforma de exclusão. Temos o dever de incluir e buscar o bem-estar social para as pessoas. As causas devem ser para o coletivo, alcançadas com diálogo, ação e retidão. O caminho é logo ali, no senso da justiça, da equidade e do dever. Fazer o possível e buscar o impossível.

Cervantes escreveu em Dom Quixote: “Diante da tragédia, temos que pisar, onde os bravos não ousam, onde os heróis se acovardam, temos que reparar o mal irreparável”.

Realizamos mais de 60 audiências públicas para ouvir a sociedade. Apresentamos 63 emendas. O nosso voto em separado, na Comissão de Constituição, Justiça e cidadania (CCJ), foi pela inconstitucionalidade da Reforma da Previdência (PEC 06/2019).

Reafirmo que todos perdem com a Reforma da Previdência: os pobres, os trabalhadores, os idosos, os aposentados e os pensio-

nistas, a classe média, que hoje já é mais da metade da população brasileira.

Como eles pensam e agem? Para evitar a crítica e a reflexão, vamos calar a **EDUCAÇÃO**. Vamos sufocá-la pela asfixia financeira. Vamos amordaçar os professores e os estudantes. Vamos evitar que os brasileiros tenham voz. É assim que eles pensam.

O país está retrocedendo em vários programas voltados para a ampliação do acesso à educação para as camadas mais vulneráveis e desfavorecidas e para o estímulo da produção científica nacional e da inovação.

Por exemplo: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o conhecido PRONATEC, está agonizando. Criado em 2011, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, executado muitas vezes em parceria com os sistemas SENAC/SESI, que também estão no alvo de atiradores, praticamente não dispõe de or-

çamento. Oferecia milhares de vagas, atendendo a demanda por formação técnica para o mercado de trabalho, portanto, de enorme capilaridade na classe trabalhadora e fundamental no desenvolvimento do país.

O Fundo de Financiamento Estudantil, o FIES, que, no seu auge, compôs quase 20% da dotação orçamentária do Ministério da Educação, chegou a firmar, em 2014, 733 mil contratos, constituindo-se em um dos programas mais audazes de ampliação do acesso ao ensino superior para as camadas mais desfavorecidas.

Muitas pessoas, que sequer sonhavam com a possibilidade de frequentar uma faculdade ou universidade, passaram a usufruir desta oportunidade, ampliando as expectativas de ascensão social das camadas desfavorecidas, franqueando-lhes os melhores lugares do mercado de trabalho, antes limitados apenas às pessoas com grau de instrução superior.

O FIES, juntamente com o PROUNI, que tem por finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais a alunos

carentes em instituições de ensino superior privadas, tiveram reduzidas as dotações orçamentárias e caminham para a extinção.

Já o sistema público de ensino superior nunca enfrentou uma crise tão grave, que chega a ameaçar o funcionamento básico de universidades e instituições de pesquisa, justamente as que formam os melhores cérebros do nosso país e que mais se destacam na produção e pesquisa científicas. Falta dinheiro até para pagar a luz e a água e a manutenção de prédios.

A expansão da educação superior contou, desde 2003, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Atualmente, não se fala mais em criar universidades públicas nem em expandir as vagas das existentes, mas os cortes orçamentários recentes atestam a enorme vontade de atingir a pesquisa e a produção científica.

Toda a educação foi atingida pela tesoura do governo: programas voltados à construção

de creches, à alfabetização, ao ensino básico e médio, às escolas de tempo integral, ao ensino técnico, às universidades, às bolsas, à pesquisa, mestrados e doutorados. Conforme dados divulgados pela imprensa, o corte foi de quase R\$ 5,8 bilhões no Orçamento de 2019, que corresponde a 18,81% dos R\$ 31 bilhões cortados em 28 outras áreas.

Segundo o Censo Escolar 2018 do MEC, apenas 42% das escolas de ensino fundamental têm quadra esportiva, 68% têm pátio e 11% laboratórios de ciências. Sem contar que 5% de todas as escolas públicas do país ainda não têm banheiro. A situação não é muito diferente nas escolas de ensino médio.

Além de cortar dinheiro da educação, o governo distribuiu cerca de R\$ 4,5 bilhões em emendas para os parlamentares que votaram pela aprovação da reforma da Previdência.

Os retrocessos na **SAÚDE** são vergonhosos, particularmente no amparo das comunidades mais vulneráveis e de difícil acesso.

Quando se decidiu expulsar os médicos do Programa Mais Médicos, onde a ampla maioria eram cubanos, com justificativas deploráveis e ideológicas, defendeu-se que os médicos brasileiros os substituiriam, mas isso não aconteceu plenamente. Só para refrescar a memória: em cinco anos, cerca de 20 mil médicos cubanos atenderam 113 milhões de pacientes em 3,6 mil municípios brasileiros.

Conforme estudo do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), os cortes de investimentos da saúde devem gerar 50 mil mortes prematuras (antes dos 70 anos) até 2030, devido à redução da atenção primária no Brasil. A pesquisa analisou os efeitos das mudanças na Estratégia Saúde da Família (ESF), programa que visa a promoção da qualidade de vida da população brasileira.

O programa ESF foi responsável pela redução da mortalidade infantil e do número de hospitalizações no país. Mas ele tem sido prejudicado drasticamente pelas medidas de austeridade fiscal. Ou seja, aquele mesmo

pensamento que não enxerga que existem vidas atrás de números.

Segundo dados do Conselho Federal de Medicina, há um médico para cada 470 brasileiros. No Norte e no Nordeste esse número chega a 953,3 e 749,6, respectivamente. Pelos cálculos da Organização Mundial de Saúde, há 17,6 médicos para cada 10 mil brasileiros, bem menos que na Europa, cuja taxa é de 33,3.

O Brasil tem 2,3 leitos por mil habitantes, abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (entre 3 e 5). São, em média, 2,9 leitos por mil nascidos vivos, abaixo dos 4 leitos recomendados pela entidade. No SUS, essa taxa é ainda menor: 1,5.

Com os cortes no SUS e o desmonte do Programa Mais Médicos devem aumentar em 8,6% as mortes causadas por doenças infecciosas e deficiências nutricionais. Que país é esse?

Em julho, o governo cortou verba para a fabricação de 19 remédios distribuídos gratui-

tamente pelo SUS. Trinta milhões de pacientes dependem deles. A maioria com câncer, diabetes e transplantados. O descaso com a saúde da população é uma constante. Há uma clara intenção de sucatear o sistema para privatizá-lo.

Apenas este ano, o SUS perdeu cerca de R\$ 9,5 bilhões, devido às restrições impostas pela Emenda Constitucional 95. Já os cortes em saúde no Orçamento de 2019 chegaram a quase R\$ 2 bilhões.

Mais um pequeno parêntese. Agora para falar especificamente sobre a assistência à saúde nas regiões de fronteira. Esse tema foi debatido, recentemente, no âmbito do Conselho Federal de Medicina.

Os municípios em regiões fronteiriças – nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste – apresentam índices de saúde piores do que os demais municípios brasileiros.

Em 93% dos municípios não há nenhum leito de UTI vinculado ao SUS. Em mais de um terço, não há sequer um hospital geral. Na maioria deles, a mortalidade infantil é maior

do que a média brasileira e, em mais de um terço, essa mortalidade aumentou.

Doenças como a tuberculose e a hanseníase têm incidência maior do que a média nacional. São quase 600 municípios, ocupando uma faixa de terras de quase 17 mil quilômetros, e abrigando uma população em torno de 12 milhões de pessoas.

Mas por que falar sobre a saúde em municípios de fronteira? Bem, porque seus problemas são mais graves; porque eles recebem menos atenção do poder público; e porque seu dia a dia é mais difícil. São pessoas que não têm recursos, que têm um cotidiano sofrido, e que dependem do SUS para cuidar da saúde.

Não podemos perder de vista que cerca de três quartos da população brasileira é dependente do SUS.

São pessoas que, se não tiverem uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), uma Unidade Básica da Saúde (UBS), um médico da Estratégia Saúde da Família, uma ambulância do SAMU, uma assistência farmacêutica

tica, não terão alternativas para cuidar de sua saúde.

É gente que não pode pagar uma consulta. Que não consegue arcar com os custos de um exame complementar. Que, muitas vezes, gasta o dinheiro do leite para comprar uma cartela de antibióticos.

Cálculos de especialistas concluíram que, no Brasil, cada real gasto em saúde gera 1,7 real na economia. Em países europeus e no Japão, os gastos com saúde e educação têm um efeito multiplicador fiscal ainda maior, chegando a gerar três vezes mais riqueza do que o montante investido.

Outra questão preocupante. O aumento abusivo das mensalidades dos planos de saúde privada fez com que mais de 3 milhões de usuários migrassem para o SUS nos últimos anos.

A questão é simples. O número elevado de desempregados gera queda na renda, provocando o aumento da inadimplência. Com dívidas e sem condições de manter o padrão de vida, muitas pessoas e famílias, a grande

maioria da classe média, estão caindo fora dos planos. É triste, mas é a realidade.

A continuar assim, há uma possibilidade enorme de outros milhões migrarem para o sistema público. Existem hoje mais de 40 milhões de usuários dos planos privados.

Em uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, o representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Igor Bitto, disse que reajustes de mensalidades dos planos prejudicam a saúde e levam ao endividamento dos consumidores. “O aumento não vai trazer melhoria para o consumidor. Vai fazer com que ele deixe de usar o plano e recorra à saúde pública”.

Há também a questão dos planos coletivos, que correspondem a mais de 80% dos planos de saúde. Muitas empresas estão passando por dificuldades devido aos aumentos.

Já tivemos casos de aumento de 17%, 18%, 19%. Muitas denúncias chegaram à CDH. Os idosos também viraram alvo desses

aumentos, inclusive contrariando a própria Lei 10.741/2003, do Estatuto do Idoso. Assim determina o artigo 15 do Estatuto: “É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade”.

Um país como o nosso, onde há uma crise econômica estúpida, onde o arrocho salarial consome cada vez mais o pouco que o trabalhador recebe, onde a classe média perde suas conquistas, onde há um teto constitucional que barra os investimentos em saúde. Tudo isso é inaceitável.

Então, vamos falar de **MEIO AMBIENTE**. Quando uma árvore é derrubada e o fogo destrói a floresta, quando as águas são contaminadas e os rios secam, quando os sonhos viram desertos e os pássaros deixam de voar, quando não há mais sombras e nem horizontes... milhões de vidas se perdem pelos olhos desumanos da estupidez e da ignorância. A quem interessa sangue verde derramado?

Mas o que ocorrerá quando amanhã começarmos a sofrer sanções ambientais? Quem investirá num país cuja imagem vem sendo jogada no lixo? O país é o epicentro dos debates e das críticas sobre o meio ambiente e sobre as queimadas na Amazônia. Mais uma vez a ideologia violenta o bom senso.

Na contramão mundial, o governo liberou mais de 200 agrotóxicos. Um aumento de 42% nos primeiros 4 meses de 2019 em comparação com o mesmo período do ano passado. É o maior volume de liberação da história.

Somente no primeiro semestre de 2019, agrotóxicos mataram cerca de meio bilhão de abelhas no Brasil. Como se sabe, elas são responsáveis por promover a reprodução de várias espécies de plantas.

Só no Brasil, 60% das 141 espécies de plantas cultivadas para a alimentação humana e a produção animal dependem em alguma medida da chamada “polinização das abelhas”. Em escala mundial, esse percentual sobe para 75%, segundo a Organização das

Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

O governo está desmontando a política ambiental brasileira, está fazendo vistas grossas às ações dos grileiros e madeireiras e à morte de lideranças indígenas, além de se indispor e confrontar a comunidade internacional.

O desmatamento da Amazônia é assustador: somente em maio de 2019 foram derrubados 739 quilômetros quadrados de floresta, o que equivale a 2 campos de futebol por minuto.

O desmatamento na bacia do Rio Xingu cresceu 44% em comparação com o ano passado. Os dados são do Sirad, boletim publicado a cada dois meses pela Rede Xingu +, que é composta por 24 organizações ambientalistas e indígenas.

No primeiro semestre deste ano, a região perdeu 68.973 hectares de florestas. Vivem aí 26 povos indígenas e centenas de comunidades ribeirinhas. O bom funcionamento do ecossistema é primordial para a sobrevivência desse

cenário de multicores e de diversidades. Atacá-lo é um crime brutal.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) aponta que, entre janeiro e agosto deste ano, houve um aumento de 83% das queimadas em relação ao mesmo período de 2018, com 72.843 focos de incêndios. Em efeito dominó, as chamas se alastram pela Amazônia. Estudos mais avançados explicitam a grandiosidade do problema. Satélites detectam a destruição.

Ainda segundo o INPE, o número de incêndios no Pantanal, nos primeiros nove meses do ano, cresceu 334% em relação ao mesmo período de 2018 – de 1.039 para 4.515.

Há pouco tempo, tivemos dois desastres ambientais de proporções gigantescas com o rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho. Vidas foram ceifadas, famílias destruídas, flora e fauna agredidas, animais mortos, vertentes poluídas. Há outros que estão no amargor das nossas memórias: vazamento de óleo nas bacias Guanabara e Araucária, em 2000; rompimento da barragem Mirai, em

2007; incêndio na Ultracargo, em 2015, e tantos outros.

Devemos priorizar a construção de leis e de políticas públicas eficazes de preservação, proteção e fiscalização ambiental que possibilitem o desenvolvimento sustentável com soberania. É preciso atenção urgente, não só para com a Amazônia, mas também para com os biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. Meio ambiente é questão de Estado.

Temos que redobrar a vigilância na instalação de mineradoras junto às bacias hidrográficas. A do Rio Camaquã, no Rio Grande do Sul, por exemplo, tem uma extensão de 400 quilômetros e atinge 28 municípios. Nas suas proximidades e arredores, seriam extraídos zinco, cobre e chumbo. Moradores, produtores rurais, agricultores familiares e ambientalistas estão mobilizados, pois temem desastres e prejuízos socioambientais e econômicos.

Aceitar a ajuda financeira internacional não significa perda da soberania. Leia-se aqui o Fundo Amazônia. Temos que ter humilda-

de e sabedoria para compreender a nossa dimensão e a nossa responsabilidade para com o planeta Terra.

Seria o fim do **SALÁRIO MÍNIMO**? O governo já acabou com a política de valorização do salário mínimo, inflação mais o PIB. Falam em tirar a inflação. Daqui a pouco, se continuar assim, o salário mínimo vai deixar de existir. Onde vamos parar? Na miséria total da população, na fome coletiva, em mais desemprego. Isso é atacar privilégios?

Cerca de 100 milhões de pessoas, direta e indiretamente, dependem dele. Para cada R\$ 1,00 a menos no salário mínimo o governo deixaria de arrecadar R\$ 0,54 em tributos.

Para a doutora em desenvolvimento econômico da Unicamp, Marilane Teixeira, numa sociedade como a brasileira, marcada pelo baixo salário, o congelamento é um desastre. “O salário mínimo é uma espécie de farol da economia. Mesmo em setores muito precarizados com trabalho informal, sem

registro em carteira, o trabalhador tem a sua remuneração baseada no valor do salário mínimo. O congelamento vai afetar tanto os trabalhadores formais como os informais”.

No ano de 2005, foi criada a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. Não foi nada fácil. As resistências foram muitas, mas, graças aos esforços de parlamentares ligados à classe trabalhadora, conseguimos implantar a Comissão. Eu fui o relator.

A competência da Comissão foi a de estudar, debater e propor mecanismos permanentes de reajuste do salário mínimo e discutir os benefícios dos aposentados e pensionistas, haja vista que, em grande medida, os reajustes do mínimo refletem-se nos benefícios da Previdência Social.

O salário mínimo é uma forma de redistribuir renda, mesmo se considerarmos o elevado índice de informalidade existente em nosso país. Isso se deve ao chamado “efeito farol”, ou seja, o salário mínimo funciona como um referencial para os valores pagos ao traba-

lhador, mesmo que esse não tenha carteira de trabalho assinada.

Na realidade, o salário mínimo, ao aumentar a renda das camadas mais pobres da sociedade, leva ao aumento da produção e do consumo, criando um círculo virtuoso.

O relatório final da Comissão é um documento histórico.

Pela primeira vez, foi proposto um mecanismo de reajuste anual e permanente para o salário mínimo: inflação do período mais o dobro do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2011, foi sancionada a Lei 12.382, com base no relatório da Comissão, que instituiu a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo.

A valorização do salário do trabalhador proporciona, com certeza, melhores condições de vida para a nossa gente, reduz as desigualdades sociais e a enorme concentração de renda do país.

Intolerância é uma característica das sociedades sem **DIREITOS HUMANOS**. Matam

o pobre, o negro, a mulher, o jovem. Matam nas vilas, nas praças, no asfalto, nas favelas, nas periferias, nos campos, em conflitos por terra, nas sombras da noite. Matam na nossa frente. Torturam ao nosso lado. A liberação do porte de armas é inaceitável. A tendência é sempre que ocorram mais mortes, mais assassinatos.

Uma mulher é morta a cada duas horas no Brasil. Matam pelo simples fato dela ser mulher. O feminicídio é uma realidade que ainda não encaramos. Mas há também a violência moral, patrimonial, psicológica, sexual, obstétrica e institucional.

A cada quatro horas, uma menina com menos de 13 anos é estuprada. A cada 23 minutos, um negro é assassinado. A possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior do que um branco. Somos quem mais mata LGBT no mundo: uma morte a cada 19 horas. Entidades internacionais alertam para o enfraquecimento de políticas destinadas a todos esses públicos.

Em 2018, os fiscais do trabalho identificaram 1,7 mil casos de trabalho escravo no

Brasil. A maior parte deles estava em áreas rurais, onde a prática historicamente é mais comum. Foram resgatadas 1.133 pessoas. Em todo o ano passado foram realizadas 231 inspeções. Em um quarto delas houve registro de trabalho análogo ao de escravo.

Intervir e censurar o Conselho Nacional de Direitos Humanos, órgão de monitoramento e fiscalização de políticas públicas de direitos humanos, como aconteceu no segundo semestre deste ano, é um dos maiores retrocessos neste setor ocorrido em nosso país. Várias entidades fizeram denúncia junto à ONU.

Atacar a democracia e a liberdade é ferir os direitos humanos.

Acusam os poderes constituídos, batem na Constituição, atacam a política, a democracia e a liberdade. Colocam todos na mesma vala comum. Miram o status quo vigente como sendo nefasto para as mudanças que o país precisa.

O ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels, usava a seguinte premissa: uma

mentira dita mil vezes, acaba virando verdade. É isso que eles fazem hoje no Brasil.

A necessidade não pode ser desculpa para pedir o fim dos regimes democráticos. Isso é causa dos imbecis. Para quem não sabe ou quer enganar a todos, há ditaduras tanto de esquerda quanto de direita.

O *modus operandi* que utilizam é espúrio. Usam as redes sociais para manipular, entrar no subconsciente das pessoas, e, assim, massificando ideias nada democráticas e republicanas. Daqui a pouco, ouviremos vozes nas ruas pedindo o fechamento do Congresso Nacional e do Poder Judiciário. E isso será, para eles, uma coisa natural. Muitos dos que aí estão hoje agredindo a democracia foram eleitos pelo processo democrático. Estão nas câmaras de vereadores, prefeituras, assembleias legislativas, governos estaduais, Congresso Nacional e Presidência da República.

Nós sabemos que o processo democrático é lento, mas é o único legítimo. É ele que garante a estabilidade política e social. Afrontá-lo é conspirar contra o povo. “Onde termina a lei começa a tirania”.

Os discursos de ódio e de violência só fazem aumentar os casos de desrespeito aos Direitos Humanos. Não pode um homem público pregar a discórdia e o derramamento de sangue. Censurar a voz e a conjunção de ideias e de pensamento é sinal de estupidez humana e de delírios totalitários.

A intolerância tem como base o preconceito e a discriminação. E isso leva, consciente ou inconscientemente, à busca pelo controle, à busca pelo poder, à busca pela supremacia. Isso se dá por meio do racismo, do sexismo, do antissemitismo, da homofobia, do etarismo (discriminação por idade), da intolerância religiosa, da intolerância política, da intolerância social. Nunca vimos barbáries como essas como agora em 2019 e, se não tomarmos medidas severas de combate a essa situação, a tendência é piorar ainda mais.

Para Zygmunt Bauman, o ritmo incessante das transformações gera angústias e incertezas e dá lugar a uma nova lógica, pautada pelo individualismo e pelo consumo. Esse processo dá lugar à intolerância aos extremos.

As crises políticas e econômicas também motivam comportamentos intolerantes. Quando um país enfrenta uma crise, é comum que grupos políticos busquem culpados. Conforme o Dossiê da Intolerância, é aí que surgem figuras políticas de posicionamento radicais com propostas simples para problemas profundos.

No mundo inteiro, temos visto o surgimento de partidos extremistas, contribuindo para um debate que não leva a nada, somente ideológico. Por isso, temos que ficar de olhos bem abertos, fazendo a vigilância necessária.

O crescimento das redes sociais contribui para que a intolerância fique mais visível. Segundo a ONG Safernet, em 2018 e 2019, as denúncias contra páginas que divulgam conteúdos racistas, xenófobos, misóginos, homofóbicos, fascistas, neonazistas e de intolerância religiosa, cresceram 200%.

Hoje, no ano de 2019, em pleno século XXI, tudo está muito mais rápido, tudo é mais líquido. As informações circulam em segundos, num estalar de dedos. Há um enor-

me distanciamento. Tudo contribui para a polarização política. Tudo vira intolerância.

“Fluidez” é a qualidade de líquidos e gases. (...) Os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. (...) Os fluidos se movem facilmente. Eles “fluem”, “escorrem”, “esvaecem”, “respinga”, “transbordam”, “vazam”, “inundam”, (...) Essas são razões para considerar “fluidez” ou “liquidez” como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase (...) na história da modernidade. Tudo é temporário, a modernidade (...) – tal como os líquidos – caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma.

Neste momento de intolerância o homem público precisa utilizar ao máximo a sua capacidade de conciliação e de consciência. Não é o que temos visto.

O Prêmio Nobel de 1986, Elie Wiesel, que, tendo perdido, aos 15 anos, a mãe, o pai e uma irmã nos campos nazistas de extermínio, afirmou: “Eu jurei nunca ficar em silên-



cio onde os seres humanos estiverem passando por sofrimento e humilhação. Devemos sempre tomar partido. Neutralidade ajuda o opressor, nunca a vítima. O silêncio encoraja o torturador, nunca o atormentado”

MOVENDO MONTANHAS

“Hei você que tem de 8 a 80 anos. Não fique aí parado como ave sem destino. Pouco importa a ousadia dos seus planos. Eles podem vir da vivência de um ancião. Ou da inocência de um menino. O importante é você crer na juventude que existe dentro de você.”

Zé Geraldo

A questão é saber quais mudanças nós queremos. O importante é saber que as transformações são infinitas.

Então vamos lá. Vamos agir. Vamos deixar fluir os rios da nossa indignação, deixando que os mares da nossa garganta se agigantem contra as injustiças. Deixando que a plenitude da nossa alma e o bater do nosso coração sejam a mão estendida para aqueles que precisam.

Somos donos das nossas pegadas. Elas iniciam por nós mesmos, internamente, espiritualmente. O caminho nós percorremos desde quando acordamos com o sol e adormecemos com o enigma das estrelas.

É do aperfeiçoamento individual que alcançaremos o desenvolvimento coletivo e a tão aguardada evolução da alma humana.

Vamos lá então... deixamo-nos orientar pelo universo. Será uma fantástica experiên-

cia. Aprenderemos por nós mesmos; seremos nossos próprios alunos. Seremos o “arco, a flecha e o alvo.”

Nós nascemos para nos encontrarmos e, assim, nascermos de novo.

Procura o eu e conhecerás a sabedoria do outro. Este é o segredo do princípio. E, dessa força, que está dentro de nós, em cada um, em cada palavra, em cada beijo, chegaremos àquilo que move montanhas e faz revoluções: a unidade de pensamento como força propulsora do sublime.

O coletivo fará as mudanças. Ninguém caminha sozinho. Negaremos esta condição? Não, não e não! Se assim fosse, dessa maneira, estaríamos fugindo de nós mesmos... negando o amor, a fraternidade, abdicando da vida. O país que queremos está dentro de cada um de nós.

FRENTE AMPLA PELO BRASIL

“Pregamos uma insurreição das consciências e um rejuvenescimento da nossa capacidade de indignação”

Edgar Morin e Stéphane Hessel





Asabedoria popular emite sinais, dia após dia, nas vozes das ruas que gritam seus anseios e nos tambores que rufam nas entranhas do país, projetando novas aquarelas a serem pintadas.

Queremos criar novas formas de caminhar. Caminhar exercendo, com honestidade e consciência, o nosso papel na sociedade para produzirmos uma nova forma de pensar e, aí sim, alcançarmos um novo mundo.

Em 2014, lançamos a Frente Ampla pelo Brasil, durante um congresso de trabalhadores na cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Ela nasceu com a convicção de que é preciso “mudar o jeito de caminhar”, usando aqui as palavras do poeta Tiago de Melo.

A Frente Ampla pelo Brasil é um espaço de diálogo e de debates, plural nas ideias, suprapartidária, de análise e de compreensão dos problemas nacionais, regionais e municipais. Ela busca a construção de propostas viáveis

para mudanças estruturais que levem ao bem-viver da nossa gente.

O nosso canto traz o respeito às diferenças sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas. Da mesma forma, combate todos os tipos de discriminação e racismo.

O que nos unifica é o forte sentimento da boa luta em defesa das causas justas, em defesa do povo brasileiro e de um Brasil independente e soberano e de respeito à Constituição Cidadã.

A construção de uma sociedade socialmente justa e igualitária é componente decisivo da democracia. E, se queremos consolidá-la, temos que cuidar para que uma verdadeira cultura democrática se consolide no seio da cidadania, envolvendo a todos.

Isso não é simples. Implica em variáveis complexas, como o combate aos governos venais, aos projetos que só visam a chegada ao poder, ao combate efetivo à corrupção, aos corruptos e corruptores, à sonegação de impostos, à evasão de divisas e à fiscalização da eficácia na execução das políticas públicas.

Nos referimos a um projeto que não seja tão somente de políticas de governo, mas de políticas de Estado. Um projeto capaz de envolver todos os brasileiros, trabalhadores, empresários, que respeite os interesses públicos e privados. Em que todos tenham vida digna e lhes sejam assegurados o direito de igualdade de condições para progredir.

Para o Brasil voltar a se desenvolver é fundamental compreender que a relação capital e trabalho deve ser justa. A balança não pode pender para um lado.

Buscamos uma indústria nacional forte, a expansão do mercado interno, uma infraestrutura necessária para os empreendedores, forte apoio às micro, pequenas e médias empresas, o desenvolvimento científico e tecnológico. Além de taxas de juros que estimulem o mercado sem empobrecer a população. Queremos caminhar junto a todos aqueles que tenham responsabilidade social, sejam eles pequenos, médios e grandes empreendedores.

A criação de programas que valorizem efetivamente o homem e a mulher do cam-

po, o homem e a mulher da cidade, sem maquiagens e enganações, ofertando produção, emprego e renda, direitos trabalhistas e previdenciários.

Igualmente que respeitem os servidores públicos, sejam luzes para os nossos jovens, acariciem com justiça o direito sagrado das pessoas com deficiência, dos negros, indígenas e dos aposentados, pensionistas e idosos.

Um país que privilegie a saúde, o saneamento, a segurança pública, a moradia, a Seguridade Social, a mobilidade urbana, o transporte público, o meio ambiente sustentável, a reforma agrária, o trabalho, o emprego e a renda mínima, não somente como dever do Estado, mas também como direito da população.

A Educação precisa ser democrática, integral, cidadã, inclusiva, questionadora e libertária, que permita às crianças, aos adolescentes e aos jovens viver e compreender o mundo, a condição humana e suas diversidades.

A Federação brasileira é semidemocrática, paralisada em seus preceitos e suas prerrogati-

vas, e corre o risco de se deteriorar e até morrer. Ela está aquém das necessidades dos seus entes. Quase 70% da arrecadação nacional ficam nos cofres da União. Um novo federalismo requer descentralização de recursos e responsabilidade social e ambiental dos gestores.

Orçamentos dos quais a população seja chamada a participar, estabelecendo prioridades e fiscalizando a sua execução.

Uma reforma tributária progressiva, solidária e com justiça fiscal, que não penalize os mais pobres. Que os poderosos paguem justamente.

Temos que refletir sobre “a isenção de impostos sobre lucros e dividendos de empresas e a baixa tributação de patrimônio”, que, com isso, “acabam contribuindo para aumentar a concentração de renda”.

É inadmissível que a soma da fortuna dos seis maiores bilionários do país seja igual à soma da renda de 100 milhões de brasileiros.

É urgente a inserção do Brasil no cenário internacional de forma propositiva, atuante e

audaciosa, capturando as oportunidades globais e inserindo-as em uma estratégia nacional de desenvolvimento.

O centro da economia brasileira não pode ser o rentismo expropriador e parasita, em que os trabalhadores e os empreendedores são os taxados, transformando o país em um cassino, onde a sorte e a exclusão são os elementos de estruturação econômica.

Os programas sociais não podem ser tratados como gastos públicos. Pelo contrário, eles são investimentos e devem ir além de políticas distributivas. Queremos essas políticas sociais como um direito e não como benefícios.

Devemos ficar atentos com a manipulação de números e dados com o objetivo único de privatização de nossas estatais: Eletrobrás, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Correios, entre outras. Elas são fundamentais para o desenvolvimento do país.

A Frente Ampla pelo Brasil busca solucionar pacificamente as controvérsias. Por isso, é preciso ter esperança, mas, a esperança que

vem do verbo esperar, como nos ensinou Paulo Freire.

Esperança é esperar, é pura espera. Mas esperar é ir atrás, é juntar-se aos que nos ladeiam, ao coletivo, à unidade. É abrir caminhos. É conhecer as florestas, é alcançar o alto da montanha, é navegar pelos rios, é correr de pés descalços nas areias do litoral.

Esperar é sentir e participar do nascimento da vida e repartir o pão que brotou da terra. Mas, esperar também é a autocrítica que todos nós temos que fazer. Florestan Fernandes nos legou a importância de buscar o que há de mais crítico em cada um de nós para interpretar e questionar a realidade social e a sociedade brasileira.

A Frente Ampla pelo Brasil é muito mais do que dizer o que o povo realmente quer, é abrir os espaços necessários para que todos os brasileiros possam sempre e, permanentemente, dizer exatamente o que querem. Mas tudo isso só é possível dentro do Estado Democrático de Direito. Com a democracia tudo, sem a democracia nada.

Não há democracia sem liberdade e nem liberdade sem democracia. Acusar uma é levar também a outra às sombras, aos subterrâneos do autoritarismo e do pensamento único. Já tivemos esse tipo de experiência no país. Foi dolorida. Muitos foram sangrados, torturados, outros tantos tombaram...

Devemos ficar atentos, olhos abertos, vigiando e levando, por meio da palavra, o nosso alerta. Precisamos ter fé na busca da perfeição dos sonhos, na congregação fraternal do povo e na soma de todas as energias coletivas do país.

ATÉ MAIS

Este livro foi escrito com indignação e com muita tristeza. Houve momentos tensos. O mar da solidão estava agitado. Por várias vezes, a dor bateu forte. Lágrimas caíam. Muitas vezes, eu ouvia o som da minha própria voz e o silêncio do Plenário do Senado vazio. Eu sabia porque estava ali. Sei de onde vim. Aqui é uma ilha da fantasia. Lá fora, eu sei, há milhões em estado de miséria. Essa luta não é em vão, mesmo com tudo...se preciso fosse, faria tudo outra vez.

A ficção futurista das distopias se transformou na realidade do presente. A verdade bateu à nossa porta. As patrulhas ideológicas se manifestam como naturais. As injustiças sociais, a pobreza e a miséria aumentam a cada dia. É visível o descaso para com a dignidade da nossa gente. Cortam direitos históricos. Tiram o nosso chão. Ameaçam a democracia e a liberdade. Pregam o ódio e a violência. Flertam com o totalitarismo.

Em Deus e o Diabo na Terra do Sol, filme lançado há 65 anos por Glauber Rocha, bradou o personagem Corisco, antes de tombar em terras do sertão: “Mais fortes são os poderes do povo”. A resistência está aí. É com esta sabedoria que o país vai se erguer e reconquistar a conexão espiritual perdida. Busquemos a nossa utopia de volta.

SOBRE O AUTOR

Paulo Paim foi quatro vezes deputado federal, sendo o seu primeiro mandato na Constituinte de 1988. Está no terceiro mandato de senador da República. Foi vice-presidente do Senado e exerce, pela quarta vez, a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É autor das leis do Estatuto do Idoso (10.741/2002), do Estatuto da Igualdade Racial e Social (12.288/2010), do Estatuto da Pessoa com Deficiência (13.146/2015). Foi um dos relatores do Estatuto da Juventude (12.852/2013) e um dos construtores da Política de Valorização da Pessoa Autista (12.764/2012).

A Política de Valorização do Salário Mínimo (Lei 12.382/2011) foi baseada em seu relatório da Comissão Especial. Centenas de seus projetos foram aprovados na Câmara e no Senado.

Figura até hoje na Lista do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

(DIAP) como o único a receber o Prêmio “Os Cem Cabeças do Congresso” em todos os anos.

Paulo Paim é sempre um dos vencedores do prêmio Congresso em Foco. No ano de 2019, ficou em 1º lugar na votação dos jornalistas, foi o 2º colocado na escolha do júri e o 3º no voto popular via internet. Na avaliação dos jornalistas que cobrem o Congresso Nacional, “é o senador que melhor representa a população”.

Para o site especializado Atlas Político, Paim é um dos melhores senadores do Brasil. O seu mandato foi o melhor avaliado, ficando em primeiro lugar, pelo e-Ranking Cidadão, do Laboratório de Estudos Político-Sociais.

Em 2016, recebeu a Medalha do Mérito Farroupilha da Assembleia Legislativa do RS.

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL, Senado Federal. **Relatório Final da CPI da Previdência**. Brasília: Senado Federal, Comissão Parlamentar de Inquérito, 2017. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/539169>>. Acesso em: 5 de jul. 2019.

CASARA, Rubens. **Sociedade sem lei**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DEUS e o Diabo na Terra do Sol. Direção de Glauber Rocha. Brasil, 1964. (120 min.).

DYSTOPIA. Disponível em: <<https://en.wikipedia.org/wiki/Dystopia>>. Acesso em: 5 de ago. 2019.

INTOLERÂNCIA. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Intolerância>

FAGNANI, Eduardo. **Previdência: O Debate desonesto**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. Livro em PDF. Disponível em: <http://www.forum.fequimfar.org.br/Anexos/admiravel_mundo_novo.pdf>. Acesso em: 23 de set. 2019.

MEGADETH. **The Threat Is Real**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8NlKB09BUwE&list=PLZ31xkfdHxmDB7CyHmrOmmzA4WdGIKml4>>. Acesso em: 23 set. 2019.

PAIM, Paulo. Palestras. 2018 e 2019. Disponível em: <http://www.senadorpaim.com.br/palestras>

PAIM, Paulo. **O martelo, a pedra e o fogo**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2016.

PAIM, Paulo. **Discursos**. Senado Federal, 2018 e 2109. Disponível em: <<http://www.senadorpaim.com.br/discursos>>. Acesso em: 22, 23, 24, 25 de set. 2019

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A construção política do Brasil**: 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

RAMALHO, Zé. Admirável gado novo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0s-F3YuPnQg>>. Acesso em: 23 de set. 2019.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Brasil: Rio de Janeiro: Editora Estação, 2018.

SOUZA, Jessé; VALIN, Rafael. **Resgatar o Brasil**. São Paulo: Editora Contratempo/Boi Tempo, 2018.

SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VARELA, Dráuzio. **Sem o SUS, é a barbárie**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2019/08/sem-o-sus-e-a-barbarie.shtml>>. Acesso em: 23 de set. 2019.

Secretaria de Editoração
e Publicações

SENADO
FEDERAL



